

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MONOGRAFIA EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

FRANCISCO DE ANDRADE BARROSO NETO

**AVALIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO:
UM ESTUDO MULTICASO EM QUATRO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

Orientadora: Prof^ª. Jeanne Marguerite Molina Moreira

**FORTALEZA
2015**

FRANCISCO DE ANDRADE BARROSO NETO

AVALIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO: UM
ESTUDO MULTICASO EM QUATRO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Artigo apresentado ao Curso de Ciências Contábeis do Departamento de Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis

Orientadora: Prof^a. Jeanne Marguerite Molina
Moreira.

FORTALEZA
2015

AVALIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO: UM ESTUDO MULTICASO EM QUATRO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

BARROSO NETO, Francisco de Andrade¹
MOREIRA, Jeanne Marguerite Molina²

RESUMO

Em um mundo cada vez mais globalizado e tecnológico, os ativos intangíveis transformaram-se em componente fundamental para agregar valor às empresas. Por considerar que existem poucos trabalhos focados em analisar os intangíveis das instituições financeiras brasileiras, esse estudo visa avaliar os ativos intangíveis dos maiores bancos brasileiros. O estudo é fruto de uma revisão bibliográfica na literatura e uma análise documental nas demonstrações financeiras dos objetos da amostra. Os resultados apontaram que o Ativo Intangível é quase que inexpressivo dentro do Ativo Total, com o banco com maior representatividade nessa questão, o ITAÚ. O Intangível é composto por diferentes classes, algumas delas em comum com todas as empresas da amostra, como *softwares* e direitos de folha de pagamento. Em relação ao grau de evidenciação, o Banco do Brasil e o ITAÚ divulgaram mais itens do *checklist*. Ficou evidente no estudo que as instituições da pesquisa têm que melhorar as informações fornecidas em suas demonstrações.

Palavras-chave: Ativo Intangível; CPC 04 (R1); Instituições Financeiras

ABSTRACT

In a world increasingly globalized and technological, the intangible assets have become a fundamental component to provide value to businesses. Considering that there are few studies focused on analyzing the intangible assets of brazilian financial companies, this study aims at evaluating the intangible assets in the biggest brazilian banks. The study is the result of a bibliographic review in brazilian literature and document review in the financial statements of the sample banks. The results showed that the intangible asset is almost unimpressive inside of Total Assets, with the bank with the largest representation this issue being ITAU. The Intangible Assets are composed of different classes, some of them in common with all companies in the sample, such as software and payroll duties. In relation to the degree of disclosure, Banco do Brasil and ITAÚ released more items of the checklist. The study demonstrates that these institutions have to improve the information provided in its financial statements.

Keywords: Intangible Assets; CPC 04 (R1); Financial Institutions

1. INTRODUÇÃO

Ativos intangíveis são bens que não têm existência física, como marcas, patentes, *softwares*, clientes, direitos autorais, dentre outros. Muitos desses ativos são resultados de avanços da tecnologia. Uma grande empresa era reconhecida pelo tamanho de sua indústria, pela quantidade de funcionários, mas atualmente este fator é subjetivo, pois existem empresas que constituem o Ativo Intangível maior que o Tangível, por conta disso, a mensuração desse tipo de ativo é necessária para a confiabilidade, comparabilidade e verossimilhança da situação mais próxima à realidade das empresas.

¹ Graduando em Ciências Contábeis, FEAAC/UFC

² Orientadora, Professora Adjunto IV, Mestre em Controladoria, FEA/USP

A mensuração deste item do patrimônio é difícil de ser realizada por conta de suas características, já que é incerto saber o volume de benefícios futuros que o Ativo Intangível pode trazer, fazendo com que falte objetividade no cálculo do seu valor atual. No Brasil, o maior processo de normatização contábil em relação às sociedades empresariais, aconteceu através da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, mas com o passar das décadas ficou obsoleta, e para se adequar à realidade da contabilidade brasileira foi instituída a Lei nº. 11.638, em 28 de dezembro de 2007 e a Lei nº. 11.941, em 27 de maio de 2009.

Através da legislação, houve a criação de um novo grupo de contas, o Ativo Não Circulante, contendo o Intangível como um dos subgrupos, para fins de apresentação no Balanço Patrimonial, retirado das contas que faziam parte do Imobilizado (Marcas e Patentes), do Diferido (Pesquisa e Desenvolvimento) e do Investimento (Ágio), ou seja, ela desmembrou o Ativo Imobilizado.

Orientando-se pela *International Accounting Standards (IAS) 38*, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) elaborou o Pronunciamento Técnico 04, aprovado em 3 de outubro de 2008, e revisado como CPC 04 (R1), em 5 de novembro de 2010, ele deve ser aplicado por todas as empresas que registram ativos intangíveis, auxiliando na formalização do tratamento contábil do intangível, contemplando normas com mais clareza.

A influência dos ativos intangíveis na determinação do valor econômico pode variar por diversos motivos, tais como, devido ao setor de atuação, da missão, valores e ciclo de vida das empresas, entre outros.

Levando em conta que esse assunto é considerado complexo pela comunidade acadêmica e que faltam pesquisas mais aprofundadas sobre o Ativo Intangível nas instituições financeiras brasileiras, visto que muitos estudos eliminam as instituições financeiras de suas amostras por conta de suas peculiaridades, é que esse estudo vai responder à pergunta: Qual a forma de avaliação dos ativos intangíveis dos maiores bancos brasileiros? Para responder a questão, o objetivo geral do presente estudo é avaliar os ativos intangíveis dos maiores bancos brasileiros, que será alcançado através dos objetivos específicos: verificar os intangíveis nas demonstrações contábeis no setor bancário; apontar os ativos intangíveis que foram divulgados em Notas Explicativas; analisar o grau de adequação com o CPC 04 (R1); e observar a qualidade da informação divulgada.

Para desenvolver o trabalho, será realizada uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de entender como identificar um Ativo Intangível, através de definições dos doutrinadores que discorreram sobre o assunto. Após compreender as nuances do Ativo Intangível, será verificado como alguns autores interpretaram o CPC 04 (R1), e a IAS 38, no quesito de reconhecimento, mensuração e divulgação do Ativo Intangível.

Esse trabalho vai ser capaz de atingir os objetivos através de um estudo documental das demonstrações financeiras disponibilizadas nos sites dos bancos. Serão examinados quais ativos intangíveis foram evidenciados e são mais influentes nas demonstrações e no valor de cada banco. Um *checklist* será levantado e cada classe de intangível apresentada na amostra será pesquisada para analisar como são avaliados os ativos intangíveis nas instituições financeiras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para distinguir ativos tangíveis dos intangíveis alguns autores utilizam a etimologia da palavra tangível, que veio do latim *tangere* e quer dizer “tocar”. Mas esse seria um conceito muito simplista para a contabilidade, pois, para Martins (1972) alguns ativos como duplicatas

a receber, prêmios de seguros antecipados, entre outros não podem ser “tocados” e mesmo assim não são classificados como intangível.

Hendriksen e Van Breda (1999) definem ativos intangíveis como sendo ativos que carecem de substância (ausência de matéria), que devem ser reconhecidos sempre que preencherem os requisitos de reconhecimento de outros ativos, em outras palavras, o Ativo Intangível deve atender à definição apropriada, ser mensurável, relevante e preciso. Destaca-se que os ativos intangíveis formam uma das áreas mais complexas da Teoria da Contabilidade, principalmente pelo elevado grau a respeito da mensuração de seus valores e da estimação de suas vidas úteis, sendo essa característica mais importante do que a substância física.

De acordo com Lev apud Pérez e Famá (2006), o Ativo Intangível pode ser definido como um direito a benefícios futuros que não possui corpo físico ou financeiro, que é criado pela inovação, por práticas organizacionais e pelos recursos humanos. Ainda o autor, enfatiza que os ativos intangíveis possuem duas características estratégicas de grande importância, a não rivalidade e a sua capacidade de escala. A não rivalidade prega que um ativo tangível não pode ser utilizado em dois lugares ao mesmo tempo e de diferentes formas, enquanto o intangível, pode. Com a capacidade de escala, a empresa pode explorar seus ativos intangíveis, como por exemplo, marcas e patentes, de maneira indefinida, sem precisar necessariamente de investimentos adicionais.

Kayo (2002) complementa dizendo que os ativos intangíveis podem ser definidos como um conjunto estruturado de conhecimentos, práticas e atitudes da empresa que, interagindo com seus ativos tangíveis, contribui para a formação do valor das empresas. Além disso ele observa que os ativos tangíveis e intangíveis não são facilmente separados, pois o verdadeiro valor da empresa está na soma dos dois e que um ativo intangível bem utilizado poderá fazer com o que o tangível tenha uma melhor rentabilidade.

Coelho (2010, p. 71) usa como base para sua definição três características que são atribuídas aos ativos intangíveis: “o ativo intangível é qualquer bem ou direito da empresa que a ela traz retorno patrimonial, econômico ou financeiro, que é invisível, incorpóreo e resultado da capacidade intelectual da empresa na sua construção ou utilização”.

Amaral (2012, p. 140) é mais amplo, conceituando ativo intangível como sendo “fatores incorpóreos/imateriais que contribuem para a geração de produto e/ou serviços, de que decorrem, ou são esperados, benefícios presente e futuros para aqueles que os controlam e/ou possuem”. E complementa informando que “devido a assimetrias de informações ou diferenças de perspectivas e expectativas, nem todos os ativos intangíveis são imediata e igualmente identificáveis por todos os agentes”.

Os órgãos reguladores da Contabilidade, como é o caso da *Internacional Accounting Standards Board* (IASB) através da *Internacional Accounting Standard* (IAS) 38 e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, pelo CPC 04 (R1), tem a definição de Ativo Intangível como sendo “um ativo não monetário identificável sem substância física.”

Essas definições servirão como base para o trabalho, pois uma das primeiras condutas utilizadas por qualquer empresa que tenha o Intangível no seu plano de contas é saber interpretar o que ela vai julgar como intangível ou não. Após isso, ocorre a mensuração e a evidenciação, que será abordado na próxima seção.

2.1. Natureza e reconhecimento de ativos intangíveis

O Pronunciamento Contábil 04 (R1), que tem correlação com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 38 (IASB – BV2010), preconiza que “para um item ser reconhecido como

Ativo Intangível ele deve atender a definição estabelecida, ou seja, ser um item não monetário; sem substância física; separável; controlável e que gere benefícios econômicos futuros, e que o custo do ativo possa ter uma mensuração confiável.”

Lemes e Carvalho (2010) discorrem sobre cada uma dessas condições, para eles, o ativo atende ao critério de identificabilidade quando ele pode ser separado da entidade e transferido individualmente ou em conjunto com um ativo, um contrato ou um passivo relacionado. Ou também quando ele surge por meio de um contrato, ou outros direitos legais, mesmo que esses direitos não possam ser transferidos ou separados da entidade ou de outros direitos e obrigações. O controle existe quando a entidade tem o poder de obter os futuros benefícios econômicos relacionados ao ativo e de restringir o acesso de terceiros àqueles benefícios. É preciso muito cuidado para analisar a existência de controle pela entidade, por exemplo, a entidade pode possuir uma boa carteira de clientes e esperar que essa carteira crie benefícios futuros, mas esses clientes não podem ser forçados a comprar da entidade, logo ela não tem controle suficiente sobre os benefícios econômicos esperados dessa carteira. Os benefícios econômicos futuros incluem não somente a receita da venda de produtos ou serviços, mas também podem originar-se da redução de custos ou de outros benefícios resultantes do uso do intangível.

Hendriksen e Breda (1999, p.388), elaboraram um quadro (Quadro 1) onde mostram como os intangíveis podem ser classificados, e de acordo com ele, nos resultados, será apurado em quais classificações se encaixam os intangíveis que aparecem nas demonstrações das instituições da amostra.

Quadro 1. Classificação de Intangíveis

INTANGÍVEIS	
<u>Intangíveis Tradicionais</u> Nomes de produtos Direitos de Autoria Compromissos de não concorrer Franquias <u>Interesses Futuros</u> Goodwill Licenças Direitos de operação Patentes Matrizes de gravação Processos secretos Marcas de comércio Marcas de produtos	<u>Despesas Diferidas</u> Propaganda e promoção Adiantamento a autores Gastos de desenvolvimento de software Gastos de emissão de títulos de dívida Gastos judiciais Pesquisa de marketing Gastos de organização Gastos pré-operacionais Gastos de mudança Reparos Gastos de pesquisa e desenvolvimento Gastos de instalação Gastos de treinamento

Fonte: Hendriksen e Breda (1999, p. 389).

Os ativos intangíveis também podem ser identificáveis ou não identificáveis, para Hendriksen e Van Breda (1999) quando a empresa consegue dar nome a um Ativo Intangível, como uma patente ou uma marca, ele pode ser visto como identificável, quando ela não pode dar nome ao ativo é visto como não identificável, um exemplo é o *goodwill*.

Lemes, Carvalho e Costa (2009) apontam que a mensuração inicial do ativo intangível deverá ser ao custo. Após isso a empresa deverá mensurar um ativo intangível deduzindo do custo o valor da amortização acumulada ou o valor reavaliado.

Segundo Lemes e Carvalho (2010) a entidade avalia um Ativo com vida útil indefinida quando não se pode prever um período de tempo para recebimento de benefício econômico daquele ativo. E o ativo é avaliado como tendo vida útil definida quando ele surge de um

contrato ou outro direito legal, e o período de vida útil não pode ser maior que o prazo do contrato ou do direito. Para os ativos com vida útil definida devem ocorrer amortização, levando em conta seu tempo. No caso dos com vida útil indefinida, deve-se realizar apenas o teste por *impairment*, como é realizado em qualquer outro ativo.

O CPC 04 (R1) determina que a entidade deve fazer a distinção entre os ativos intangíveis gerados internamente e os outros intangíveis, e para cada uma dessas classes deve divulgar: i) o valor agregado dos gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos no resultado durante o período; ii) se a vida útil é definida ou indefinida, caso seja definida, informar juntamente com as taxas de amortização utilizadas, e para a indefinida, o seu valor contábil e como ela é avaliada; iii) o valor contábil bruto e a amortização acumulada, junto com as perdas por desvalorização acumulada, no início e final do período; iv) as contas no qual a amortização foi incluída.

Ainda aponta a norma que quando a entidade não espera mais nenhum benefício econômico do Ativo Intangível, ou quando ele foi alienado, deve ser dado baixa. O ganho ou a perda deve ser reconhecido nos resultados, os ganhos não devem ser reconhecidos como receitas.

2.2. Normas brasileiras e divulgação do ativo intangível

A Lei nº. 6.404/76 foi o maior processo de normatização contábil que aconteceu no Brasil. Porém, algumas décadas depois essa lei ficou obsoleta, impedindo que o País acompanhasse o que estava mudando na contabilidade internacional. Pensando em adequar a contabilidade brasileira, foi aprovada a Lei nº. 11.638/07 que alterou alguns artigos da Lei nº. 6.404/76. Posteriormente a Lei nº. 11.941/09, conversão da Medida Provisória nº. 449, foi aprovada para algumas adaptações em relação às normas previstas na lei aprovada em 2007.

A Lei nº. 11.638/07 teve como principal meta atualizar a legislação societária nacional para poder facilitar a convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais. As modificações que ela normatizou aplicaram-se às companhias de capital aberto e também às de grande porte.

Antes da promulgação da Lei nº. 11.638/07 não havia normas específicas que tratassem da mensuração, reconhecimento e divulgação dos ativos intangíveis. Com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Brasil buscou alinhar a Contabilidade brasileira com a internacional. O Pronunciamento CPC 04, aprovado em 3 de outubro de 2008, depois revisado e aprovado como CPC 04 (R1), em 5 de novembro de 2010, auxiliou para uma melhor formalização no tratamento contábil do intangível, contemplando normas com mais clareza para esclarecer dúvidas que ocorriam antes.

Carvalho, Lemes e Costa (2009), tendo como base a IAS 38, listaram os principais pontos que devem ser divulgados sobre ativos intangíveis, como a distinção entre os gerados internamente e outros intangíveis, a identificação da vida útil, o método de amortização adotado, o valor contábil, amortização acumulada e perda por *impairment* no início e final do período, natureza e valores resultantes de mudanças na avaliação da vida útil, método de amortização ou do valor residual.

2.3. Instituições financeiras brasileiras

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2015), mesmo em conjunturas macroeconômicas adversas, os bancos continuam obtendo lucros porque são elevados os ganhos através das grandes taxas de juros e de outras operações (serviços bancários). A estratégia dos bancos privados, nos últimos anos, visou

incrementar os ganhos operacionais mediante crescimento das receitas com prestação de serviço e tarifas bancárias e redução de despesas, principalmente de pessoal.

Camargo (2009) aponta que as características do setor bancário brasileiro, de baixa participação dos bancos estrangeiros, baixo grau de internacionalização das instituições residentes no país e forte atuação dos bancos públicos, contribuíram para que o Brasil não fosse tão afetado pela crise internacional iniciada no segundo semestre de 2007.

Segundo um relatório do DIEESE (2015), o ITAÚ, em 2014, registou o maior lucro da história dos bancos brasileiros de capital aberto, ao aumentar seu lucro em 30,2% e alcançar o valor de 20,6 bilhões de reais. O BRADESCO também teve um incremento de 25,9% no seu lucro em relação a 2013, com um lucro líquido de R\$ 15,4 bilhões. Banco do Brasil e CEF tiveram um crescimento de seus lucros em 9,6% e 5,5%, respectivamente. Isso se deve ao aproveitamento da alta taxa Selic, à ampliação da cobrança de taxas e serviços e redução do número de trabalhadores.

O Banco Bradesco é uma sociedade anônima de capital aberto que foi fundado em 1943 como um banco comercial sob o nome de “Banco Brasileiro de Descontos S.A.”. Em 1988 incorporou suas subsidiárias de financiamento imobiliário, banco de investimento e financiadora, tornando-se um banco múltiplo, e mudando de denominação para Bradesco S.A. Em termos de total de ativos é um dos maiores bancos do Brasil, estando presente no exterior e em todos os municípios brasileiros, oferecendo produtos e serviços bancários e financeiros para pessoas físicas; grandes, médias e pequenas empresas e a importantes sociedades e instituições nacionais e internacionais. Quanto à estrutura societária, o maior acionista é a empresa de *holding* Cidade de Deus – Companhia Comercial de Participações, com 24,41% do capital, a Fundação Bradesco possui 8,54% de ações da empresa e 60,60% das ações estão diluídas no mercado. (BRADESCO, 2015)

O Itaú Unibanco é uma companhia aberta que atua no Brasil e no exterior por meio de suas carteiras: comercial, de investimento, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive as de operações de câmbio e nas atividades complementares, como de Seguros, Previdência Privada, Capitalização, Corretagem de Títulos e Valores Mobiliários e Administração de Cartões de Crédito, Consórcios, Fundos de Investimento e Carteiras Administradas. Em relação à estrutura societária, 53,97% das ações está pulverizada no mercado, e 46,03% com os controladores. (ITAÚ, 2015)

O Banco do Brasil é uma sociedade de economia mista, fundada em 12 de outubro de 1808, tendo ações negociadas na bolsa desde 1906. O Banco do Brasil passou a ser banco múltiplo em 2001, o que o habilitou a operar as carteiras comercial, financeira e de *leasing*. Entrou no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) em 2006, após uma adequação do Estatuto Social do Banco tendo como finalidade garantir uma maior transparência e melhores práticas de Governança Corporativa (Camargo, 2009). A sua composição acionária é formada por 57,9% das ações em poder a União Federal, seguido pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), com 10,4% das ações, 2,4% se encontram na tesouraria e o restante (29,3%) está no mercado (*freefloat*). (BANCO DO BRASIL, 2015)

A Caixa Econômica Federal foi fundada por Dom Pedro II, através do Decreto nº. 2.723, em 1861. Inaugurou, em 1931, operações de empréstimo por consignação para pessoas físicas e em 1986 incorporou o Banco Nacional de Habitação (BNH) e assumiu a condição de maior agente nacional de financiamento da casa própria e de importante financiadora do desenvolvimento urbano, especialmente do saneamento básico. No mesmo ano tornou-se o principal agente do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), administradora do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de outros fundos do Sistema Financeiro de

Habitação (SFH). No momento atual, é o principal agente das políticas públicas do Governo Federal e está presente em todo o país. (CEF, 2015)

3. METODOLOGIA

Levando em conta os objetivos, a pesquisa se classifica como descritiva, e atende o que diz Collis e Hussey (2005), já que este estudo busca proporcionar uma visão de como são evidenciados e registrados os ativos intangíveis pelas instituições financeiras, comparando as práticas adotadas pelas empresas da amostra com as normas de contabilidade. Quanto à natureza do problema, o estudo se caracteriza por ser qualitativo, visto que ele aborda a qualidade que os itens estudados são evidenciados.

Com o intuito de embasamento teórico, inicialmente foi realizado uma pesquisa bibliográfica na literatura nacional e depois uma pesquisa documental para se encontrar os dados necessários à pesquisa. Esses dados foram obtidos através das demonstrações prudenciais, divulgadas nos sites das próprias instituições, referentes ao primeiro semestre de 2014.

A amostra desse estudo foi escolhida a partir do estudo realizado pelo relatório da consultoria *Brand Finance, global banking 500*, onde aponta as 500 marcas melhores avaliadas no setor bancário.

Global Banking 500 é um *ranking* anual, publicado na revista *The Banker*, dos bancos com as marcas mais valiosas. *Brand Finance* é a única firma que publica o valor de 500 marcas de bancos, nos dando um conhecimento completo dos desafios que os administradores dos bancos enfrentam na atualidade.

As únicas instituições brasileiras listadas entre as 50 com as marcas mais valiosas do mundo em 2015 foram: a) Bradesco, 15º lugar no *ranking* internacional, possui nível 1 de Governança Corporativa na BM&FBovespa; b) Itaú, 23º lugar no *ranking* internacional, nível 1 de Governança corporativa; c) Banco do Brasil, 41º lugar no *ranking* internacional, nível de Novo Mercado na Governança Corporativa e d) Caixa Econômica Federal (CEF), 50º. Lugar no *ranking* internacional, empresa brasileira de capital exclusivamente público, portanto não pode ter ações negociadas na BM&FBovespa.

Para uma melhor análise, foi estruturado o Quadro 2 com as classes de ativos intangíveis evidenciados por cada instituição pesquisada, fazendo uma adaptação da nomenclatura utilizada, que será explicada na seção seguinte. Esses ativos servirão como base para a análise dos resultados. Foi marcado um X quando a instituição divulgou a classe nas suas demonstrações.

Quadro 2. Classes de Intangíveis evidenciados por cada instituição

Classes de intangível	BRADESCO	ITAÚ	BANCO DO BRASIL	CEF
Aquisição de direito de folha de pagamento	-	X	X	X
Ágio	X	X	X	-
Softwares	X	X	X	X
Direito de prestação de serviços bancários	X	X	-	-
Outros ativos intangíveis	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

A primeira parte da análise será relacionar cada uma das classes a uma das classificações que foram apresentadas por Hendriksen e Breda (1999) no Quadro 1. Após isso será visto como elas se apresentam no CPC 04.

Além de estudar o que esses Intangíveis representam para as instituições, e se eles estão sendo demonstrados conforme sugerem pesquisadores anteriores, esse trabalho vai responder qual o nível de aderência das maiores instituições financeiras brasileiras em relação ao que determina o Pronunciamento Contábil CPC 04 (R1) no primeiro semestre de 2014, e para isso vai utilizar os *checklists* elaborados por Lopes *et al* (2014) e Avelino *et al* (2012) adaptando-os para que possam ser utilizados na realidade das instituições financeiras.

Quadro 3. Checklist de aderência de acordo com o CPC 04 (R1)

Linhas	CRITÉRIOS DE DIVULGAÇÃO
1	Identificação da vida útil (definida ou indefinida) dos ativos intangíveis
2	Prazo da vida útil ou taxas de amortização utilizadas para os ativos intangíveis com vida definida
3	Os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida
4	Valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período
5	Identificação da rubrica a qual é atribuída a amortização
6	Informação sobre intangíveis separados em classes
7	Amortização Acumulada no início do período
8	Amortizações reconhecidas no período
09	Valor contábil e os motivos que fundamentam a avaliação de ativos intangíveis avaliados como tendo vida útil indefinida
10	Informações sobre adições, baixas e transferências
11	Informações sobre realizações de teste de impairment
12	Informações sobre cada classe de intangível
13	Total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa no período

Fonte: Adaptado de Lopes *et al* (2014) e Avelino *et al* (2012)

Será atribuído um ponto quando a empresa evidenciar o que foi pedido em cada linha do *checklist*, caso contrário não será dado ponto nenhum. Ao fim, os pontos serão somados e com o resultado dará para observar qual o grau de comprometimento com a evidenciação do intangível de cada instituição da amostra, ou seja, quem está mais adequado à norma.

Posteriormente, todas as linhas serão analisadas, explicando como aquela informação foi divulgada em todos os bancos, e caso ela não tenha sido publicada, será avaliado se foi apresentado motivo para tal omissão ou se existe alguma outra informação que possa substituí-la em Notas Explicativas.

A teoria vista nesse trabalho será evidenciada através do *checklist* apresentado no Quadro 3, informações sobre o que é necessário para identificação, mensuração e divulgação serão analisadas, para que o tema abordado seja melhor assimilado.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Antes da análise dos resultados, vale ressaltar que as instituições financeiras estão sujeitas a regras padronizadas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), por meio do chamado Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Todas as demonstrações das instituições da amostra foram elaboradas com o propósito de atender às determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN por meio da resolução CMN nº. 4.280, de 31 de outubro de 2013 e regulamentações complementares do BACEN.

A Resolução nº. 4.280/13 dispõe que devem ser observados procedimentos de consolidação constantes no COSIF, e este contém em seu elenco de contas o Ativo Permanente e o Realizável a Longo Prazo.

Tendo como base o Balanço Patrimonial do primeiro semestre de 2014 de cada entidade da amostra, foi possível constatar a representatividade do Intangível dentro do Ativo

Permanente e Total. A Tabela 1 mostra o valor dos ativos intangíveis, permanentes e totais de cada instituição.

Tabela 1. Relevância do Intangível na composição do Ativo Total e Permanente (em milhares de reais)

Ativos (em 30/06/2014)	BRADESCO	ITAÚ	BANCO DO BRASIL	CEF
Intangível	5.976.660,13	15.594.811,00	10.475.752,00	2.584.625,00
Permanente	47.447.013,70	45.586.410,00	25.942.845,00	10.251.385,00
Ativo Total	778.950.374,33	1.020.371.486,00	1.305.960.804,00	963.375.376,00
Proporção no Permanente	12,60%	34,21%	40,38%	25,21%
Proporção no Ativo Total	0,77%	1,53%	0,80%	0,27%

Fonte: Balanço Patrimonial das instituições (2014)

A relevância do Intangível dentro do Ativo Permanente foi calculada a partir da divisão do primeiro pelo segundo, seguido de uma multiplicação por cem para saber o valor em porcentagem, e é maior no Banco do Brasil (40,38%), acompanhado pelo ITAÚ (34,21%), CEF (25,21%) e BRADESCO (12,60%). A sua influência no Ativo Total é maior no ITAÚ (1,53%), seguido pelo Banco do Brasil (0,80%), BRADESCO (0,77%) e CEF (0,27%), o método de cálculo da porcentagem foi dividir o Intangível pelo Ativo Total e multiplicar por cem.

Os intangíveis da CEF, mesmo tendo o menor valor comparando com os outros bancos, ainda assim possui uma boa representatividade no Ativo Permanente, devido ao baixo valor do mesmo, sendo também o menor se comparado aos outros bancos. O Banco do Brasil, mesmo não tendo o maior valor de intangíveis, possui neles, uma alta relevância no permanente, devido ao reduzido montante de permanentes, menor se comparado com o ITAÚ e BRADESCO. O Ativo Permanente do BRADESCO, ITAÚ e CEF é composto, em sua maioria, por investimentos, sendo o Banco do Brasil o único que possui o Ativo Intangível maior que os investimentos.

A maior parte do Ativo das instituições da amostra é composta pelo Circulante, tendo operações de crédito e relações interfinanceiras como principais impulsionadores. O Realizável a Longo Prazo vem logo em seguida, tendo como principais classes também operações de crédito, títulos, valores imobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O Permanente tem pouca representação no Ativo Total, o que explica o fato do Intangível também ter.

4.1. Classes de intangível nas demonstrações contábeis das instituições

A primeira atitude estabelecida para a análise dos dados deste trabalho, foi identificar nomes em comum para as classes de intangíveis que se encontram nas demonstrações contábeis das instituições da amostra, que foram apresentadas no Quadro 2.

A gestão de folha de pagamento é divulgada em três bancos, o trabalho utilizará a nomenclatura “aquisição de direito de folha de pagamento” para o que for relacionado a direitos de aquisição e gestão de folha de pagamento. É chamado de direito de aquisição pois representa o registro dos gastos para aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamentos de salários, proventos, aposentadorias, pensões e similares, como consta na nota explicativa do ITAÚ.

Software é uma classe que foi divulgada em todos os bancos da amostra, a CEF nomeia o seu de “projetos logiciais”. Já o ágio é visto em três, o BRADESCO ressalta nas suas Notas Explicativas que o que é denominado como “rentabilidade futura/carteira de clientes

adquirida” é composto pelo ágio na aquisição da participação acionária no Banco Bradescard (atual denominação do Banco Ibi).

Mais específicas são as “aquisições de direito de prestação de serviços bancários”, visto no BRADESCO, e a “associação para promoção de oferta de serviços financeiros”, no ITAÚ, que serão analisados nesse estudo com a nomenclatura de direito de prestação de serviços bancários. Os quatro bancos usam a classe “outros ativos intangíveis” e será pesquisado como foi explorada.

Cada uma dessas classes será vislumbrada, procurando reconhecer a sua classificação, segundo Hendriksen e Breda (1999) (Quadro 1), como são divulgadas (particularidades, semelhanças entre bancos) e vistas pelo CPC 04 (R1).

Tendo como base o Quadro 2 e os valores fornecidos nas demonstrações financeiras das empresas da amostra, na Nota Explicativa que trata de Intangível, foi concebida a Tabela 2, que contém os valores, líquidos de amortização, das classes de intangíveis de cada banco.

Tabela 2. Valores das classes de intangíveis das instituições da amostra (em milhares de reais)

Classes de intangível	BRADESCO	ITAÚ	BANCO DO BRASIL	CEF
Aquisição de direito de folha de pagamento	-	546.525,00	6.149.641,00	1.556.982,00
Ágio	851.231,43	10.363.410,00	3.070.067,00	-
Softwares	2.560.416,43	3.376.432,00	1.243.550,00	694.550,00
Direito de prestação de serviços bancários	2.174.023,97	1.195.498,00	-	-
Outros ativos intangíveis	390.988,30	112.946,00	12.494,00	333.093,00
Total	5.976.660,13	15.594.811,00	10.475.752,00	2.584.625,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

O ITAÚ é o banco que possui a maior quantidade de intangíveis, sendo o ágio o com maior relevância se comparado com as outras classes. O valor do ágio do ITAÚ é quase o valor do Intangível Total do Banco do Brasil, que é o segundo colocado em valores de Intangível dentre as instituições da amostra. O BRADESCO é o próximo, possuindo apenas em *softwares*, quase a quantidade inteira de intangíveis da CEF, que aparece em último possuindo menos que a metade do valor total de Intangível do BRADESCO, e a sua classe com mais representatividade é a Aquisição direito de folha de pagamento.

Para uma análise da relevância das classes divulgadas no Intangível, foi elaborada a Tabela 3, mostrando a parcela que cada uma representa no Ativo citado.

Tabela 3. Proporção das classes dentro do Ativo Intangível

CLASSES DE INTANGÍVEIS	BRADESCO	ITAÚ	BANCO DO BRASIL	CEF
Aquisição do Direito de Folha de Pagamento	-	4%	59%	60%
Ágio	14%	66%	29%	-
Software	43%	22%	12%	27%
Serviços Bancários	36%	8%	-	-
Outros Ativos Intangíveis	7%	1%	0%	13%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Balanço patrimonial das instituições (2014)

O cálculo dessa proporção foi feito ao dividir o valor líquido de cada classe pelo valor líquido do Intangível Total, subsequentemente uma multiplicação por cem foi realizada para se ter o valor da representatividade da classe dentro do Intangível em porcentagem.

4.1.1 Aquisição de direito de folha de pagamento

Essa classe aparece explicitamente nas demonstrações do ITAÚ, Banco do Brasil e CEF. No BRADESCO ela também existe, mas foi classificada como “prestação de serviços bancários”. Pela nomenclatura apresentada no Quadro 1, trata-se de um intangível de interesses futuros, pois a empresa teve custos para obter o direito de operação das folhas de pagamento e espera-se ter benefícios futuros pela performance dos contratos.

Segundo o Pronunciamento 04 (R1), esse ativo satisfaz o critério de identificação, pois ele resulta de um direito contratual, e a entidade tem seu controle, pois detém o poder de obter benefícios futuros gerados por esse bem e também pode restringir que terceiros utilizem esses benefícios. A aquisição de direito de folha de pagamento tem vida útil definida, devido a sua natureza contratual, e são amortizadas de acordo com o período estabelecido no contrato. A Nota Explicativa da CEF explica que a aquisição de folhas de pagamento se refere a valores pagos para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários mediante contratos de parceria comercial com setores públicos e privados.

O Banco do Brasil divulga em sua Nota Explicativa que o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificam a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Por serem os bancos com maior representatividade da folha de pagamento em seus intangíveis, são os únicos que aprofundam explicações sobre essa classe.

Representa a maior parte da composição do Intangível do Banco do Brasil e da CEF, com 59% e 60%, respectivamente, enquanto que no Itaú ele representa apenas 4%. Esses números indicam que o que CEF e Banco do Brasil divulgam somente nessa classe, está presente também na classe “direito de aquisição de serviços bancários”, que é divulgada apenas por Bradesco e Itaú.

4.1.2 Ágio

O ágio está presente no Ativo Intangível em três instituições. A CEF o divulga, mas não discorre sobre este item nas Notas Explicativas, apenas no balanço, na rubrica “outras despesas operacionais”, sem muita profundidade, dando apenas os valores numéricos.

De acordo com o Quadro 1, o ágio é de interesse futuro, já que é mostrado com a nomenclatura de *goodwill*. É recorrente entre os doutrinadores a visão de que o *goodwill* (ágio) é um dos assuntos mais complexos na Contabilidade, pois, mesmo fazendo parte dos intangíveis, suas particularidades fazem com que a mensuração não seja tão prática.

O Banco do Brasil divulga em suas Notas Explicativas que a metodologia de apuração do valor recuperável do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, consiste em comparar o valor do ágio pago, deduzido da amortização acumulada, com o valor presente dos resultados do Banco do Brasil projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos com vida útil definida. No ITAÚ e BRADESCO é divulgado que o ágio corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos.

A CEF não explica como foi identificado o ágio. As outras instituições demonstram o valor excedente pago na aquisição de investimentos. Eles são amortizados de acordo com sua realização, com base na expectativa de rentabilidade futura, nas projeções anuais.

O ágio tem uma grande presença no Intangível do Itaú (66%) e Banco do Brasil (29%), no Bradesco ele fica à frente apenas da classe “outros intangíveis” com 14%. Destaque para o ágio presente nas demonstrações do Itaú, que somado tem como resultado (R\$ 10.363.410,00) quase o valor do Intangível total do Banco do Brasil (R\$ 10.475.752,00).

4.1.3 Softwares

Os *softwares* são utilizados em todas as empresas da amostra. De acordo com a classificação do Quadro 1 eles são classificados como despesas diferidas. Nos bancos estudados, são gerados internamente ou adquiridos separadamente, embora nas duas formas configurem-se como intangíveis.

As instituições divulgam qual o método utilizado para a amortização, incluindo a taxa e a partir de quando o *software* será amortizado. Quando são desenvolvidos internamente, são evidenciados como ativo apenas quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir o seu desenvolvimento, mensurar os custos diretamente atribuídos a eles, bem como quando atendem os requisitos de um intangível, que é a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios futuros puder ser demonstrada com segurança.

Os *softwares* têm a maior participação no Intangível do BRADESCO com (43%), enquanto que no ITAÚ ele representa 22%, ficando em seguida ao ágio. No Banco do Brasil é 12%, na frente apenas de outros intangíveis, assim como na CEF com 27%.

4.1.4 Direito de prestação de serviços bancários

O Bradesco e o Itaú foram os dois bancos da amostra que divulgaram a prestação de serviços bancários como uma classe de intangível. Se encaixa na classificação de intangível de interesses futuros segundo o Quadro 1, pois é um direito de operação. Segundo a norma o contrato dá ao concedente o direito de explorar esses intangíveis até o fim do período determinado no contrato.

A Nota Explicativa do Bradesco divulga que esse intangível é registrado e amortizado pelo período no qual o ativo deverá contribuir para o fluxo de caixa futuro (benefícios futuros) e é ajustado pelo valor recuperável. Os dois têm vida útil definida.

Apesar de essa classe só ser evidenciada como intangível em dois bancos, as receitas de prestações de serviço são apresentadas nas demonstrações de todas as instituições da amostra. Para exemplificar, a seguir as informações da composição das receitas de serviços bancários do Bradesco e Itaú.

No Bradesco, por exemplo, a receita de prestações de serviços bancários é composta por rendas de cartão, conta corrente, operações de crédito, administração de fundos, cobrança, administração de consórcios, *underwriting*/assessoria financeira, serviços de custódia e corretagens, arrecadações, entre outros.

O Itaú compõe sua prestação de serviços bancários por administração de recursos, serviços de conta corrente, cartões de crédito, operações de crédito e garantias prestadas, serviços de recebimento, custódia e administração de carteiras, de assessoria econômica e financeira, de câmbio, entre outros. No balanço patrimonial do Banco Bradesco, essa classe figura como 36% do intangível total, e no Itaú é apenas 8%

4.1.5 Outros ativos intangíveis

Os outros ativos intangíveis são vistos nas demonstrações financeiras dos quatro bancos, mas apenas o BRADESCO e o Banco do Brasil explicam, em Nota, como é composto. No primeiro banco, refere-se essencialmente ao programa de patrocínio dos jogos olímpicos de

2016, que será realizado no Rio de Janeiro. Por ser algo similar a propaganda e promoção é classificado, segundo o Quadro 1, como sendo uma despesa diferida.

O Banco do Brasil divulga nas Notas Explicativas que a sua classe “outros ativos intangíveis” tem como um dos componentes principais o direito de utilização da rede do Banco Postal, e que ele foi convertido em recebíveis no âmbito da nova parceria entre o banco e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. Essa classe é significativa para o intangível apenas no Bradesco e na CEF, com 7% e 13%, respectivamente. No Itaú ela é de 1% e no Banco do Brasil é próxima de 0%.

4.2 Checklist – Divulgação segundo o CPC 04 (R1)

Na Tabela 4 é exibido quais instituições pontuaram em cada item que foi apresentado no Quadro 3, detalhando que cada linha representa um critério de divulgação.

Tabela 4. Nível de adequação à norma

Linhas	Bradesco	Itaú	Banco do Brasil	CEF
Identificação da vida útil	0	0	1	0
Prazo da vida útil e taxas de amortização	1	1	1	1
Métodos de amortização utilizados	1	1	1	1
Valor contábil bruto e amortização acumulada no início e final do período	1	1	1	0
Rubrica a qual é incluída a amortização	1	1	1	1
Intangíveis separados em classes	1	1	1	1
Amortização acumulada no início do período	0	1	0	0
Amortizações reconhecidas no período	1	1	1	1
Motivos que fundamentam a avaliação de intangíveis como tendo vida útil indefinida	0	0	0	0
Adições, baixas e transferências	1	1	1	1
Informações sobre realizações de teste de <i>impairment</i>	1	1	1	1
Informações sobre cada classe	1	1	1	1
Total de gastos com pesquisa e desenvolvimento	0	0	0	0
Total	9	10	10	8

Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

Na linha 1 é pedido que a instituição divulgue se os intangíveis se classificam com vida útil definida ou indefinida. O único que dá a informação clara que os seus ativos intangíveis têm vida útil definida é o Banco do Brasil, os outros deixam apenas subentendido que seus intangíveis têm vida útil definida ao mostrarem que cada um deles é amortizado por uma taxa definida no momento de reconhecimento.

Todas as instituições estão de acordo com a linha 2. Bradesco divulga as taxas para o *software* e ágio e o prazo de vida útil (contrato) para prestação de serviços bancários e outros intangíveis. O Itaú publica as taxas de amortização de todas as classes, o Banco do Brasil e a Caixa mostram os prazos dos ativos. Os métodos de amortização que são pedidos na linha 3 são expostos nas notas, quando cada classe é descrita.

As linhas 4 e 10 podem ser analisadas juntas, pois três instituições apresentam o que é pedido, ou seja, o saldo do período anterior, seguido pelas adições, baixas e amortizações. A CEF apresenta o saldo do fim do semestre e a amortização acumulada, mas não divulga o saldo do período anterior.

A identificação da rubrica a qual é atribuída a amortização (linha 5) é encontrada em todas as instituições. O Bradesco contabiliza a amortização do Ativo Intangível em “outras despesas administrativas” e “outras despesas operacionais”, quando aplicável. Já o Itaú divulga em “despesa intermediação financeira”. No Banco do Brasil ela é apresentada em “outras

despesas administrativas”, assim como na CEF. Outra informação que é divulgada por todas as empresas da amostra é a que pede a informação dos ativos intangíveis separados em classes (linha 6).

No que tange ao que foi pedido na linha 7, apenas o Itaú divulga a amortização encontrada no início do período. Já a amortização reconhecida durante o período é exibida por todos, satisfazendo a linha 8.

A linha 9 foi a única que não foi evidenciada por nenhum dos bancos. O provável motivo de isso ter acontecido é porque nenhuma das instituições reconhece ativos intangíveis com vida útil indefinida, apenas a CEF dá uma explicação de quando é reconhecido.

O que consta na linha 11 é divulgado nas Notas Explicativas de todos os bancos da amostra. É perceptível, na questão de *impairment*, que os bancos seguem a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº. 3.566 de 29 de maio de 2008, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, resolve que as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 01 de 14 de setembro de 2007, além de manter à disposição do BACEN, durante cinco anos, a documentação e o detalhamento utilizados para a realização do teste de *impairment*.

Todas as informações sobre ativos intangíveis nas demonstrações de cada instituição são apresentadas divididas por classes, atendendo o que foi pedido na linha 12. Já a linha 13 é expressa parcialmente apenas na demonstração do Itaú, onde se tem o valor do gasto com desenvolvimento de *softwares*, mas não é divulgado o total gasto e reconhecido como despesa no período. Os outros bancos também têm gasto com desenvolvimento interno de softwares, mas que não são divulgados separadamente dos adquiridos por aquisição.

O ITAÚ e Banco do Brasil foram os bancos da amostra que mais evidenciaram informações do *checklist*, ou seja, 76,9% de itens divulgados. o BRADESCO vem em seguida com 69,2% e a CEF, 61,5%. A porcentagem foi calculada a partir da divisão do total de itens evidenciados pelo total de itens requisitados no *checklist*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo apresentar um levantamento sobre o Ativo Intangível dos maiores bancos brasileiros, descobrindo qual a sua importância dentro do Ativo Total, como estão classificados e qual o tratamento dado para cada uma das classes, além de observar os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação desses ativos de acordo com as especificações do CPC 04 (R1) verificando qual instituição se encontra mais adequada à norma.

As quatro instituições seguem quase que um modelo ao divulgarem o Ativo Intangível em suas demonstrações. No Balanço Patrimonial é divulgado o valor líquido do intangível, com a informação do valor bruto e a dedução da Amortização Acumulada. Ao lado é informado a Nota Explicativa que se encontra mais informações sobre essa classe do Ativo. Na seção de Resumo das principais práticas contábeis das instituições, todos definem Ativo Intangível de acordo com a Resolução nº. 3.642, de 26/11/2008, do Conselho Monetário Nacional (CMN). O Banco do Brasil e a CEF explicam os critérios de identificação desse ativo. Em seguida, nesta mesma seção, os bancos citam quais classes compõe o seu Intangível, e os seus respectivos métodos de amortização.

Na Nota Explicativa sobre intangível é divulgada a movimentação e a composição desse ativo em uma tabela, fornecendo dados sobre adições e baixas, além da Amortização reconhecida no período.

No que se refere à evidenciação, constatou-se que Banco do Brasil e ITAÚ apresentaram o maior índice de evidenciação de acordo com o *checklist*, com 76,9% cada. O BRADESCO evidenciou 69,2% dos itens e a CEF 61,5%. Por fazer parte do novo mercado da BM&FBovespa, era esperado que o Banco do Brasil divulgasse mais itens, entretanto, nenhuma das empresas da amostra divulgaram todos os itens determinados pelo CPC 04 (R1), o que pode prejudicar potenciais investidores que não poderão tomar decisões confiando apenas nas informações financeiras.

Ainda que todos os itens não tenham sido divulgados, os mais importantes, foram demonstrados por todas. Como exemplo as taxas e os métodos de amortização, o valor contábil e amortizados dos ativos e as informações destes separados em classes. As instituições divulgaram corretamente o que concerne à conciliação do valor contábil, ao apresentarem a rubrica que é atribuída a amortização e informações sobre adições, baixas, transferências, e realizações de teste de *impairment*. Mas falharam em não divulgar todos os itens referentes à vida útil e valores do intangível e amortização.

Em relação à vida útil, apenas o Banco do Brasil expôs que seus intangíveis tinham vida útil definida e uma das linhas onde nenhuma instituição divulgou o que se pedia foi a 9, onde se pedia os motivos que fundamentam a avaliação de ativos intangíveis como tendo vida útil indefinida, a outra linha não divulgada foi a 13, onde era pedido os gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa.

As informações sobre valores dos intangíveis e amortização não foram completamente divulgadas por todos, pois apenas o ITAÚ apresentou a amortização acumulada no início do período, e a CEF não divulgou nenhum valor contábil do período anterior.

Uma sugestão para próximos estudos seria analisar as demonstrações contábeis e notas explicativas de instituições financeiras com menor expressão, a fim de verificar se os resultados desta pesquisa se repetem. Recomenda-se também acrescentar uma pesquisa sobre as resoluções utilizadas pelo BACEN e CMN para regular as instituições financeiras no que tange os ativos intangíveis.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, H. F. **Proposta teórico-empírica para identificação e avaliação de ativos intangíveis**. Tese (Concurso para professor titular). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2012.

AVELINO, B. C.; PINHEIRO, L. E. T.; LAMOUNIER, W. M. **Evidenciação de ativos intangíveis**: estudo empírico em companhias abertas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 6, n. 14, 2012.

BANCO DO BRASIL. Disponível em:

<<http://www.bb.com.br/portalbb/home24,136,3525,0,0,1,8.bb?codigoNoticia=19378&codigoRet=1061&bread=1&codigoMenu=204>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

BRADESCO. Disponível em: <<http://www.bradescom.com.br/abertura.html>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

BRASIL, **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em 23 jun. 2015.

BRASIL, **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações

financeiras. Disponível em:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2009/lei11941.htm>. Acesso em 23 jun. 2015.

BRASIL, **Lei nº 11.941**, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição Disponível em:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2009/lei11941.htm>. Acesso em 23 jun. 2015.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Disponível em: < <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

CAMARGO, Patrícia Olga. **A evolução recente do setor bancário no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CARVALHO, L. N.; LEMES, S. **Contabilidade internacional para graduação**. São Paulo: Atlas, 2010.

CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio Moraes da. **Contabilidade internacional: aplicação das IFRS 2005**. São Paulo: Atlas, 2009.

COELHO, Cláudio U. S.; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da Contabilidade: Abordagem contextual, histórica e Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **PRONUNCIAMENTO TÉCNICO 04 (R1) – Ativo Intangível**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35>. Acesso em: 23 jun. 2015.

DIEESE. **Desempenho dos Bancos em 2014**. 2015. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2015/desempenhoBancos2014.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2015.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IASB (*International Accounting Standards Board*) através da **IAS** (*International Accounting Standards*) **38**.

ITAÚ. Disponível em: < <https://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores/o-itaubanco>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

KAYO, Eduardo Kazuo. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração de empresas**. Tese (Doutorado em Administração) - FEA/USP, 2002.

LOPES, L. C.; ALVES, N. M.; SILVA, L. L.; MONTEIRO, J. A. M.; LAGIOIA, U. C. T.; CORDEIRO, P. C. **Evidenciação das informações dos ativos intangíveis: um estudo sobre o nível de aderência das companhias brasileiras do setor de bens industriais listadas na bolsa de valores do Brasil ao CPC 04**. *Qualit@s Revista Eletrônica* ISSN 1677 4280, v.15, n. 1, 2014.

MARTINS, Eliseu. **Contribuição à avaliação do Ativo Intangível**. Tese de doutorado, FEA-USP. 1972

PEREZ, M. M., & FAMÁ, R. **Ativos intangíveis e o desempenho empresarial.** Revista Contabilidade e Finanças USP, São Paulo, n. 40, jan/abr. 2006.